



ITEP/OS
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO DE TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

**RELATÓRIO CONTENDO RECOMENDAÇÕES
DESTINADAS AO APERFEIÇOAMENTO
DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS
E DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Recife: Rua Ondina, 75 – Salas 601/602 – Pina – Recife/PE – CEP: 51.011-180 – Ed. Empresarial Aveloz Multicenter – Fone: (81) 3467.4565

Belo Horizonte: Rua Rodrigues Caldas, 726 – Sala 1204 – Santo Agostinho – Belo Horizonte/MG – CEP: 30.190-120 – Fone: (31) 2510.7615

www.phfauditores.com.br

Recife, 14 de novembro de 2023.

Ilmos. Srs.

Administradores da

Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS

Recife – PE

Prezados Senhores:

Como parte integrante do nosso exame das demonstrações contábeis da **Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS**, correspondentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2022**, apresentamos a seguir, um conjunto de recomendações específicas destinadas a tornar mais eficaz o sistema de controles internos e melhorar o registro das transações.

O objetivo principal da nossa avaliação do sistema de controles internos é estabelecer o grau de confiança que nele podemos depositar e, em função dessa confiança, determinar os procedimentos e a extensão a serem aplicados, de forma a nos proporcionar condições de expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Esses aspectos foram considerados durante os nossos trabalhos e não modificam a opinião expressa em nosso Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

É oportuno salientar que as recomendações aqui apresentadas não abrangem todas as possíveis melhorias que uma revisão especial e de maior amplitude poderia indicar, mas somente aquelas áreas mais importantes que oferecem perspectivas imediatas de melhoria e que vieram ao nosso conhecimento no decurso dos nossos trabalhos normais de auditoria.

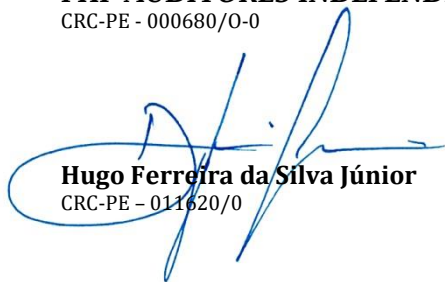
Aproveitamos a oportunidade para deixar consignado nosso agradecimento pela cooperação e cortesia que nos foram dispensadas no decurso de nossos trabalhos por todos os titulares e funcionários com os quais mantivemos contatos.

Colocamo-nos ao inteiro dispor de V.Sas. para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que sejam julgados necessários.

Atenciosamente,

PHF AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC-PE - 000680/O-0



Hugo Ferreira da Silva Júnior
CRC-PE - 011620/0

RECOMENDAÇÕES DESTINADAS AO APERFEIÇOAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Os assuntos a seguir abordados seguem a ordem de apresentação do Balanço Patrimonial em 31.12.2022.

No item 20 estão abordados os componentes da Demonstração do Resultado.

Durante o transcorrer do exercício 2022 (2º semestre) houve mudança de responsabilidade quanto ao processamento contábil da Entidade. O processo de transferência da atividade acarretou muitas dificuldades quanto às confecções de análises e conciliações contábeis.

Balanço Patrimonial		R\$	
	Item do Relatório	31.12.2022	31.12.2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1	1.001.621	513.141
Contas a receber	2	1.080.193	1.220.577
Recursos de projetos a executar	3	12.627.849	-
Adiantamentos a empregados e fornecedores		-	112.274
Depósitos e cauções	4	1.026.508	4.861.915
Almoxarifado	5	-	-
Tributos a compensar e outros	6	10.258	500.627
		15.746.429	7.208.534
Não circulante			
Investimentos		-	29.959
Imobilizado	7	25.892.089	25.892.089
Intangíveis	8	2.395.915	2.395.915
		28.288.004	28.317.963
Total do Ativo		44.034.433	35.524.497
Passivo e Patrimônio Social			
Circulante			
Fornecedores	9	1.574.551	6.634.162
Obrigações com empregados	10	4.193.424	5.862.312
Obrigações tributárias	11	2.534.555	3.268.654
Empréstimos e financiamentos	12	261.283	342.004
Parcelamentos de obrigações com contratos	13	273.694	290.659
Outros	14	22.251	226.532
		8.859.758	16.624.323
Não circulante			
Recursos de projetos em execução	15		
- Recursos a aplicar		12.627.849	2.596.150
- Bens de terceiros		23.138.510	23.138.510
		35.766.359	25.734.660
Obrigações tributárias	11	7.206.484	6.667.386
Acordos de processos cíveis	16	2.190.019	-
Parcelamentos de obrigações com contratos	13	1.383.171	1.625.575
		46.546.033	34.027.621
Patrimônio social			
Patrimônio social	18	927.639	927.639
Déficit acumulado		(12.298.997)	(16.055.086)
		(11.371.358)	(15.127.447)
Total do Passivo e Patrimônio Social		44.034.433	35.524.497

1. Ativo circulante – Caixa e equivalentes de caixa

É recomendável do desenvolvimento de análise visando verificação dos saldos cujos controles paralelos (Caixa) e extratos bancários não tenham confirmações.

	R\$
Caixa (boletim de caixa não apresentado) (saldo contábil remanescente a 2021)	18.149
Bancos conta movimento:	
- Banco Santander (saldos conforme extrato bancário)	
Ag. 4016 C/C 407-8	5
Ag. 4016 C/C 465-2	4
Ag. 4016 C/C 502-4	17.617
Ag. 4016 C/C 613-5	11
Ag. 4016 C/C 651-3	30
Ag. 4016 C/C 1355-7	6
	17.673
- Banco do Nordeste do Brasil (extrato bancário não apresentado)	1.986
- Banco Bradesco – Ag. 1230 C/C 52087-0 (extrato bancário não apresentado)	414
	20.073
Aplicações de liquidez imediata:	
- Banco Santander:	
- CDB DI Santander (saldo conforme extrato bancário)	496.161
- ContaMax Empresarial (saldo conforme extrato bancário)	283.316
- Santander (extrato bancário não apresentado)	178.638
	958.115
- Banco do Brasil (extrato bancário não apresentado):	
- BB Rende Fácil	596
- BB RF Automático Empresa	3.921
	4.517
- Banco do Nordeste do Brasil (extrato bancário não apresentado)	767
	963.399
	1.001.621

2. Contas a receber

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
• Clientes – Prestação de serviços	607.361	896.196
• Mensalidades de terceiros		
- Mestrado	472.832	267.700
- Outros (aluguéis de salas e cartões de crédito)	-	56.691
	1.080.193	1.220.577

Recebemos informações da Race (Contabilidade) denominado “Informativo Itep - Contas a Receber_3”, segregando o saldo de R\$ 1.080.193 com indicação de que:

a) do saldo de “prestação de serviços” somente R\$ 64.365 (10%) se refere ao saldo a receber referente ao exercício de 2022, e que a diferença no valor de R\$ 542.996 (90%) se refere a saldo de inadimplência de exercícios anteriores;

b) em relação ao saldo de “mestrado” fomos informados que R\$ 200.405 (42%) se refere ao saldo do exercício de 2022, e que a diferença no valor de R\$ 272.427 (58%) se refere a saldo de inadimplência de exercícios anteriores.

Após o recebimento da composição do saldo do setor financeiro, realizamos testes de liquidações subsequentes no montante de R\$ 160.836, aproximadamente 15% do saldo total a receber em 31.12.2022. Contudo nas realizações de nossos testes, identificamos valores recebidos em 2021 que não foram baixados nem no controle financeiro e nem contabilidade da entidade, conforme demonstramos:

Cliente	Valor – R\$	Recebimento
Agência Estadual do Meio Ambiente	29.287,21	23.09.2021
Agência Estadual do Meio Ambiente	29.287,21	23.09.2021
Agência Estadual do Meio Ambiente	601,70	23.09.2021

Em linhas gerais, os controles extracontábeis inerentes às contas a receber (financeiro) devem ser melhor exercidos de forma e permitir a compatibilização com os saldos contábeis. Para o encerramento contábil 2022 observamos dificuldades para composição/levantamento dos saldos tanto por parte da contabilidade como do setor financeiro. Recomendamos que a Entidade realize, mensalmente, a conciliação entre os saldos. Adicionalmente, deve ser estudada a possibilidade de constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou baixas (perdas) definitivas.

3. Recursos de projetos a executar

O saldo contábil no ativo teve como contrapartida o passivo (vide item 16) e refere-se ao valor a receber do primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão de 2018 (SECTI/2018-2022), datado de 01.10.2022, em R\$ 14.363.098 recebível em 24 parcelas de R\$ 600.156 sendo 3 parcelas já recebidas no exercício de 2022.

Observe-se que o foi procedido reconhecimento, no ativo **circulante**, do valor total do primeiro termo aditivo do Contrato de Gestão de 2018, em contrapartida ao passivo **não circulante** (recursos a aplicar) e, nas ocasiões dos recebimentos, há o reconhecimento de receita sem correlação com a execução físico-financeira dos projetos. As receitas do Estado de Pernambuco reconhecidas no resultado totalizam o valor de R\$ 7.560.834. As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais, que trata em seu item 15, parágrafo (b) que: “subvenção governamental raramente é gratuita. A entidade ganha efetivamente essa receita quando cumpre as regras das subvenções e cumpre determinadas obrigações. A subvenção, dessa forma, deve ser reconhecida como receita na demonstração do resultado nos períodos ao longo dos quais a entidade reconhece os custos relacionados à subvenção que são objeto de compensação”.

4. Ativo circulante – Depósitos e cauções

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Bloqueios judiciais	-	4.653.630
Depósitos judiciais	1.026.508	96.606
Cauções	-	111.679
	1.026.508	4.861.915

Essa conta registra os bloqueios judiciais oriundos de processos trabalhistas e cíveis desde 2019.

Os saldos contábeis de 2021 forma unificados em uma única conta. Até o término de nossos trabalhos não foram apresentadas composições. Recomendamos esforço em conjunto do setor contábil e jurídico da Entidade, na formatação das composições dos saldos, bem como da reclassificação do saldo para o ativo não circulante.

5. Almoxarifado

Em 31.12.2021 foi realizado lançamento contábil para “zeragem” do saldo existente em 31.12.2020 no valor de R\$ 1.010.412 remanescente a exercícios anteriores. O procedimento teve lastro em reunião extraordinária do Conselho de Administração em 01.12.2021. Com isso, a Entidade passou a adotar o procedimento contábil de apropriação direta ao resultado quando das aquisições de materiais. Apesar de não ter alta representatividade no contexto do ITEP, é recomendável a implantação do controle contábil dos itens do almoxarifado.

6. Tributos a compensar e outros

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Tributos a compensar:		
- IRRF a compensar	74	74
- IRRF s/ aplicações financeiras	2	-
- PIS a compensar	120	120
- COFINS a compensar	24	24
- INSS a compensar	9.982	9.982
- Outros impostos a recuperar	56	56
	10.258	10.256
Despesas antecipadas	-	490.371
	10.258	500.627

Não nos foram apresentadas as composições analíticas desses saldos. Observa-se a existência de saldos remanescente de exercícios anteriores. Recomendamos análise e regularização

7. Imobilizado

	R\$		
	31.12.2022		31.12.2021
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Móveis e utensílios	1.386.015	(85.243)	1.300.772
Veículos e acessórios nacional	1.841.942	(97.767)	1.744.175
Material didático técnico	119.475	(5.054)	114.421
Máq., aparelhos e equipamentos	18.118.415	(1.626.363)	16.492.052
Equipamentos de informática	6.791.530	(550.861)	6.240.669
	28.257.377	(2.365.288)	25.892.089

Parcela significativa do saldo de ativos imobilizados se referem a Bens de Terceiros. **Ver Item 15.**

Conforme abordado em nosso “Relatório dos Auditores Independente sobre as demonstrações contábeis”, os atuais controles patrimoniais não permitem a compatibilização com os saldos contábeis, bem como por revisão de valores econômicos e do consequente ajustamento dos percentuais de depreciação em razão de suas vidas úteis econômicas. Por esse motivo não vêm sendo procedidos os registros da correspondente depreciação acumulada ao longo dos últimos exercícios.

8. Intangível.

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Softwares	2.396.420	2.396.420
Amortização acumulada	(505)	(505)
	2.395.915	2.395.915

Observamos que não vêm sendo procedidos os registros da correspondente amortização acumulada ao longo dos últimos exercícios. Recomendamos observar.

9. Fornecedores de bens e serviços.

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	1.574.551	6.671.346
Fornecedores não identificados	-	(38.733)
Seguros a pagar	-	1.549
	1.574.551	6.634.162

No início de nossos trabalhos solicitamos ao setor financeiro da entidade a composição do saldo de contas a pagar. Recebemos dois arquivos de forma analítica, um no montante de R\$ 1.773.548 e outro no valor de R\$ 64.456 totalizando o valor de R\$ 1.838.004. Posteriormente, houve ajuste contábil reduzindo o saldo contábil em R\$ 263.453 o que totaliza **R\$ 1.574.551 em 31.12.2022**.

A composição do saldo pelo setor financeiro revela que aproximadamente 96% são provenientes dos anos de 2017-2021.

Com base na composição do saldo pelo setor financeiro, realizamos testes de liquidações subsequentes no montante aproximadamente 3% do saldo total a pagar em 31.12.2022. Contudo nas realizações de nossos testes, identificamos que existem valores pagos em 2022 que não foram baixados nem no financeiro e nem na contabilidade, conforme demonstramos abaixo:

Fornecedor	Valor – R\$	Pagamento
Luiz Eugenio Malheiro	2.100,00	11.11.2022
Flavia Valiense Galdino	1.920,00	06.10.2022

Recebemos informações da Race (Contabilidade) denominado “Informativo Itep - Fornecedor_4a”, informando que do saldo apresentado “houve uma depuração e encontros de saldos, porém ainda restou esse saldo” e sugerindo “apresentar ao conselho uma regularização de saldos, baseados e amparados nos levantamentos do Financeiro do Itep, onde se é possível, elencar de forma individualizadas os credores”

Em linhas gerais, os controles extracontábeis inerentes às contas a pagar (financeiro) devem ser melhor exercidos de forma e permitir a compatibilização com os saldos contábeis. Para o encerramento contábil 2022 observamos dificuldades para composição/levantamento dos saldos tanto por parte da contabilidade como do setor financeiro. Recomendamos que a Entidade realize, mensalmente, a conciliação entre os saldos.

10. Obrigações com empregados.

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Obrigações com o Pessoal		
- Salários e ordenados a pagar	797.966	1.137.331
- Acordos judiciais trabalhistas (conta 2.1.07.001.010) (*)	1.542.354	2.331.933
- Rescisões a Pagar	130.370	-
- Pensão alimentícia	7.295	6.208
- Férias a Pagar	74.545	-
- 13º Salário a Pagar	51.974	-
	2.604.504	3.475.472
Encargos sociais		
- INSS	222.442	631.481
- FGTS	379.744	683.493
- INSS acordos trabalhistas	233.165	236.853
- Contribuição Sindical	1.215	-
- PIS	17.827	-
	854.393	1.551.827
Provisões para férias e respectivos encargos sociais		
- Provisão férias	540.093	637.162
- Provisão Encargos s/ férias (INSS, FGTS e PIS)	194.434	194.785
	734.527	831.947
Sindicatos e associações		
	-	3.066
	4.193.424	5.862.312

(*) – Saldo em conformidade com informação da Assessoria Jurídica.

10.1 - Remunerações a pagar. Até o término de nossos trabalhos não recebemos composições contábeis nem controle financeiro referente ao saldo em 31.12.2022.

10.2 – Encargos sociais. Até o término de nossos trabalhos não recebemos composições contábeis nem controle financeiro referente ao saldo em 31.12.2022.

10.3 – Provisões para férias e respectivos encargos sociais

	R\$		
	Contabilidade	Registro Auxiliar	Divergência
Férias	540.093	245.121	294.972
Encargos sociais s/ Férias	194.434	88.245	106.189
	734.527	333.366	401.161

11. Obrigações tributárias

	R\$			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Obrigações fiscais a recolher:				
• IRRF s/ serviços prestados	918	-	10.698	-
• IRRF s/ trabalho assalariado	1.273.413	-	1.072.747	-
• ISS s/ serviços prestados	10.831	-	39.761	-
• PIS/PASEP	-	-	191.011	-
• COFINS s/ faturamento	-	-	821.861	-
• INSS s/ serviços prestados	272.070	-	277.888	-
• COFINS/CSLL retidos	91.341	-	88.244	-
	1.648.573	-	2.502.210	-
Parcelamentos:				
• PIS/COFINS	8.844	-	8.844	-
• PARC. SIMPLIF. N° 496277882216	115.173	451.093	-	-
• PARC. N° 6964283 – PGFN	422.628	5.468.694	-	-
• PARC. N° 6964271 – PGFN	27.737	442.248	-	-
• PARC. N° 5492711 – PGFN	-	-	457.580	5.524.130
• PARC. N° 5492965 – PGFN	-	-	17.193	338.197
• PARC. SIMP. N° 639820921	102.166	240.335	114.167	327.279
• PRT 2017 – Demais débitos	65.801	218.327	79.570	275.842
• PARC. SIMPLIF. N° 637530187	71.272	142.545	89.090	201.938
• PARC. SIMPLIF. N° 65457122269	60.789	207.695	-	-
• PARC. SIMPLIF. N° 642423792	11.572	35.547	-	-
	885.982	7.206.484	766.444	6.667.386
	2.534.555	7.206.484	3.268.654	6.667.386

Parcelamentos de obrigações tributárias - comparativo dos saldos com informação da Gerência Financeira

	R\$		
	Saldo contábil	Ger. Financeira	Divergência
• PARC. SIMP. N° 496277882216	566.266	566.266	-
• PARC. N° 6964283 – PGFN	5.891.322	5.891.322	-
• PARC. N° 6964271 – PGFN	469.985	469.985	-
• PARC. SIMP. N° 639820921	342.501	255.912	86.589
• PRT 2017 – Demais débitos	284.128	296.105	(11.977)
• PARC. SIMPLIF. N° 637530187	213.817	68.635	145.182
• PARC. SIMP. N° 65457122269	268.484	263.418	5.066
• PARC. SIMPLIF. N° 642423792	47.119	42.415	4.704
• PIS/COFINS (passivo circulante)	8.844	-	8.844
	8.092.466	7.854.058	238.408

12. Empréstimos e financiamentos

Saldo da conta 2.1.01.001.001 - BANCO SANTANDER - CNR 4016290000001600 – R\$ 261.283.

Não recebemos composições contábeis nem o controle financeiro referente ao saldo em 31.12.2022.

13. Parcelamentos de obrigações com contratos e convênios

	R\$			
	31.12.2022		31.12.2021	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Sec. da Ciência, Tecnologia e Inovação – SECTI	171.907	1.332.277	171.907	1.489.858
Min. da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI	101.787	50.894	118.752	135.717
	273.694	1.383.171	290.659	1.625.575

Parcelamento Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação - SECTI

Termo de Parcelamento referente débitos oriundos do Contrato de Gestão nº 001/2016 e Contrato de Gestão nº 001/2018, nos valores de R\$ 1.004.048 e R\$ 715.020, respectivamente, totalizando o valor de R\$ 1.719.068. O termo em referência foi dividido em 120 parcelas mensais e sucessivas atualizadas até a data do efetivo pagamento com vencimento no dia 15 de cada mês, iniciando em 15.09.2021. A parcela é atualizada pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo).

Parcelamento Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI

Termo de Parcelamento nº 001/2021 referente débito oriundo no Termo de Fomento nº 00040/2016, Plataforma+Brasil nº 836214 - Processo nº 01200.001445/2016-99. O valor do termo é de R\$ 305.632. O presente termo foi dividido em 36 parcelas mensais e sucessivas, com valores nominais de R\$ 8.482 atualizados até a data do pagamento efetivo de cada parcela tendo como data inicial para atualização do débito 28.02.2021. A parcela é atualizada pela fórmula adotada no Sistema de Atualização de Débitos do TCU.

14. Outras contas (passivo circulante).

Conta	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
2.1.09.001.001 – Adiantamento de clientes	-	95.658
2.1.09.004.001 – Cheques a compensar	-	25.510
2.1.09.004.002 – Créditos não identificados	-	54.196
2.1.09.004.003 – Custas jud. – Acordos trabalhistas (não examinado)	22.251	51.168
	22.251	226.532

15. Recursos de projetos em execução

	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
Recursos a aplicar:		
- Do Estado de Pernambuco	12.627.849	2.449.939
- De Convênios	-	146.211
	12.627.849	2.596.150
Bens de terceiros	23.138.510	23.138.510
	35.766.359	25.734.660

Recursos a aplicar – Estado de Pernambuco. Ver comentário no item 3 (ativo).

Bens de Terceiros. São bens adquiridos através de Convênios ou Contratos de Gestão mantidos com entidades governamentais para execução do Plano de Trabalho dos projetos conforme instrumentos jurídicos pertinentes. Os lançamentos contábeis no que se refere a depreciação desses bens não são computados nas despesas operacionais da entidade, ficando como contas redutoras dos grupos referentes a cada convênio/contrato. A baixa desses bens será efetuada por ocasião do recebimento do termo de doação ou quando for solicitado a transferência de posse pela entidade governamental pertinente.

16. Processos Judiciais e Acordos Cíveis

A Entidade é parte em processos judiciais decorrentes do curso normal de suas atividades. Normalmente os referidos processos são encerrados após um longo tempo e envolvem não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação vigente. A decisão de reconhecimento de um passivo contingente e as bases de mensuração consideram exercício de julgamento feito pela Administração da Entidade.

Observamos, entretanto, registros à **conta 2.2.01.013 – Processos Judiciais e Acordos Cíveis**, assim composto:

Acordos Cíveis Conta	R\$	
	31.12.2022	31.12.2021
2.2.01.013.002 – Pontes e Casa Nova – Processo 0013350-57.2019	412.687	-
2.2.01.013.004 – Construindo (fornecedor) – Proc. 0046965-09.2017	589.742	-
2.2.01.013.005 – Solserv Serviços – Processo 0058775-73.2020	172.160	-
2.2.01.013.006 – HJW Sistemas – Processo 0041423-73.2018	140.715	-
Ver item 16.1 b) na sequência	1.315.304	-
2.2.01.013.007 – XS2 Comercio – Acordo – Processo 0057545-64.2018	387.570	-
2.2.01.013.008 – COMPESA – Acordo Processo 0078573-20.2020	121.585	-
2.2.01.013.010 – CELPE – Acordo 403002371106 (*)	365.560	-
Saldo contábil em 31.12.2022	2.190.019	-

(*) – Não consta da informação da Ass. Jurídica conforme comentado na sequência.

Não foi observada a segregação dos prazos de vencimentos entre “circulante” e “não circulante”.

As informações advindas da Assessoria Jurídica refletem as seguintes situações.

16.1 – Processos Cíveis

a) Fase de conhecimento. Ainda não há condenação ou acordo não cumprido. Total: R\$ 948.557,97.

O ITEP reconhece R\$ 216.343,73 como de possibilidade de “Perda Provável” e R\$ 732.214,24 como “Remota”. Não houve registro de provisão para contingências para as questões identificadas como de “perda provável” conforme abordado em nosso Relatório dos Auditores.

b) Fase de execução. Última fase do processo, na qual já há valor definido. Total: R\$ 3.216.074,66.

Desse valor foram bloqueados e posteriormente sacados o montante de R\$ 1.900.771,36, restando saldo pendente de R\$ 1.315.303,30. Saldo 100% registrado à conta 2.2.01.013 – Processos Judiciais e Acordos Cíveis. Não há indicação de prazo de pagamento para fins de segregação entre circulante e não circulante.

c) Acordo Homologado. Total: R\$ 648.174,54.

Registro à conta 2.2.01.013.007 – **XS2 Comercio** – Acordo – Processo 0057545-64.2018 encontra-se registrado o saldo de R\$ 387.570,19. Observe-se que o valor devido de acordo com a Ass. Jurídica é de R\$ 139.019,60.

Registro à conta 2.2.01.013.008 – **COMPESA** – Processo 0078573-20.2020 encontra-se registrado o saldo de R\$ 121.585,75. Observe-se que o valor devido de acordo com a Ass. Jurídica é “zero”.

16.2 – Processos Trabalhistas

a) Fase de conhecimento. Ainda não há condenação ou acordo não cumprido. Total: R\$ 1.619.014,83.

O ITEP reconhece R\$ 82.997,68 como de possibilidade de “Perda Provável” e R\$ 1.536.017,15 como “Remota”. Não houve registro de provisão para contingências para as questões identificadas como de “perda provável” conforme abordado em nosso Relatório dos Auditores.

b) Fase Recursal. Total: R\$ 2.132.832,24.

O ITEP reconhece R\$ 110.450,55 como de possibilidade de “Perda Provável” e R\$ 2.022.381,69 como “Remota”. Não houve registro de provisão para contingências para as questões identificadas como de “perda provável” conforme abordado em nosso Relatório dos Auditores.

c) Acordo Homologado. Total: R\$ 3.084.208,83.

De acordo com a informação da Ass. Jurídica, o ITEP/OS quitou R\$ 1.541.854,93 restando saldo de R\$ 1.542.353,91 cujo saldo está de acordo com a Conta 2.1.07.001.010 (ver item 10 anterior).

d) Fase de Execução. Total: R\$ 1.439.763,07.

Há informação de que desse valor foram bloqueados judicialmente R\$ 554.792,62 “que encontra-se em conta judicial, visto que houve recurso por parte do ITEP/OS por se tratar de bloqueio de verbas públicas e estão pendentes de julgamento”. **O saldo pendente é de R\$ 884.970,45, considerado como de possibilidade de “Perda Provável”.** Não houve registro de provisão para contingências para as questões identificadas como de “perda provável” conforme abordado em nosso Relatório dos Auditores.

17. Patrimônio social - Demonstração das Mutações

	R\$		
	Patrimônio Social	Déficit Acumulado	Total
Saldos em 31.12.2020	927.039	(9.822.281)	(8.894.642)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(4.418.195)	(4.418.195)
Déficit do exercício	-	(1.814.610)	(1.814.610)
Saldos em 31.12.2021	927.039	(16.055.086)	(15.127.447)
Ajuste de exercícios anteriores	-	2.176.844	2.176.844
Superávit do exercício	-	1.579.245	1.579.245
Saldos em 31.12.2022	927.039	(12.298.997)	(11.371.358)

O Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC prevê como características qualitativas de apresentação, entre outros, a representação fidedigna, a materialidade, a comparabilidade e compreensibilidade, e a relevância.

As demonstrações contábeis e correspondentes notas explicativas apresentadas pela Entidade carecem de melhor forma de apresentação especialmente no que diz respeito a apresentação inadequada de ajustes de exercícios anteriores. Conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Social, a Entidade procedeu ao registro de “ajustes de exercícios anteriores” no montante líquido de R\$ 2.176.844 credor (R\$ 4.418.195 devedor em 2021), relativamente a ajustes e regularizações de diversos saldos remanescentes de outros exercícios. Como previsto na NBC TG 23 – Práticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro, a adoção do procedimento requer a reapresentação das demonstrações contábeis do(s) ano(s) anterior(es) e a correspondente elaboração de nota explicativa, todavia, a Entidade optou por não apresentar referida formatação.

18. Principais componentes do Resultado

Apesar de algumas modificações na planificação contábil entre os exercícios, a finalidade deste tópico é o de apenas visualizar a formação e principais variações ocorridas no Resultado do exercício 2022.

		R\$	
	Item:	2022	2021
Receitas operacionais			
Receita de serviços	18.1	6.101.528	5.597.483
Recursos do Estado de Pernambuco		7.560.790	5.201.533
Receitas financeiras	18.2	47.310	9.314
Receita de aluguéis		13.484	12.144
Outras receitas		-	9.244
		13.723.112	10.829.718
Despesas operacionais			
Pessoal	18.3	(7.219.598)	(6.972.793)
Serviços de terceiros		(1.475.272)	(1.475.352)
Material de consumo		(508.194)	(594.929)
Despesas de viagens		(24.552)	(76.815)
Impostos e taxas		(179.670)	(182.433)
Manutenções		(244.275)	(396.563)
Energia Elétrica		(828.412)	(824.656)
Despesas financeiras	18.4	(711.631)	(1.223.146)
Demais despesas		(952.263)	(897.641)
		(12.143.867)	(12.644.328)
Superávit / (Déficit) do exercício		1.579.245	(1.814.610)
18.1 – Receita de serviços		2022	2021
Serviços prestados		4.275.519	3.717.470
Mestrado		1.826.009	1.880.013
		6.101.528	5.597.483
18.2 – Receitas financeiras		2022	2021
Aplicações financeiras		37.383	230
Descontos obtidos		6.938	2.172
Juros ativos		2.989	6.912
		47.310	9.314
18.3 – Despesas com pessoal		2022	2021
Salários e proventos		4.980.604	3.836.619
Encargos sociais		1.658.360	1.412.765
Benefícios (assistência médica e outros)		530.453	405.731
Indenizações trabalhistas		50.181	1.317.678
		7.219.598	6.972.793
18.4 – Despesas financeiras		2022	2021
Juros e multas		88.830	800.422
Encargos financeiros de parcelamentos tributários		503.730	132.662
Descontos concedidos		-	180.291
Tarifas bancárias		119.071	35.497
Variações monetárias passivas e outras		-	74.274
		711.631	1.223.146

19. Regularidade Fiscal

ECF, ECD, DCTF e DIRF

- a) A ECF – Escrituração Contábil Fiscal relativa ao ano-calendário 2022 ainda não foi encaminhada à Receita Federal do Brasil até o término dos nossos trabalhos, mas encontra-se dentro do prazo.
- b) A ECD – Escrituração Contábil Digital ao ano-calendário 2022 ainda não foi encaminhada à Receita Federal do Brasil até o término dos nossos trabalhos, mas encontra-se dentro do prazo.
- c) A DCTF – Declaração de Contribuição e Tributos Federais do mês de dezembro de 2021 foi encaminhada a Receita Federal em 16.02.2023.
- d) A DIRF – Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte do ano-calendário de 2022 foi encaminhada a Receita Federal do Brasil em 04.05.2023, sendo esta versão retificadora.

• Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais – DCTF

Mês/ Ano		Tipo		Nº Recibo		Data de Envio
Janeiro/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Fevereiro/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Março/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Abril/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Maio/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Junho/2022		Não informado		Não informado		Não informado
Julho/2022		Original		14.31.15.59.53-09		20/09/2022
Agosto/2022		Original		08.70.22.85.27-22		11/10/2022
Setembro/2022		Original		29.81.97.87.04-18		07/11/2022
Outubro/2022		Original		01.87.62.91.98-01		02/12/2022
Novembro/2022		Original		07.67.16.57.07-85		29/12/2022
Dezembro/2022		Original		14.51.47.29.63-54		16/02/2023

•

Órgãos	Número da Certidão	Situação	Emissão	Validade
Certidão de Regularidade Fiscal da Secretaria da Fazenda de Pernambuco	2023.000002783570-19	Regular	26/04/2023	24/07/2023
Ministério da Fazenda – Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	24F8.892A.0D6F.5D9F	Positiva com efeito Negativa	20/10/2022	18/04/2023
Certificado de Regularidade do FGTS - CRF	2023042200470582791502	Regular	22/04/2023	21/05/2023
Prefeitura Municipal de Recife – Débitos Municipais (*)	-	-	-	-
Poder Judiciário – Justiça do Trabalho – Débitos Trabalhistas	17306833/2023	Positiva com efeito Negativa	26/04/2023	23/10/2023
Certidão Negativa de Prestação de Contas à GAPC – Secretaria da Controladoria Geral do Estado (**)	-	-	-	-

(*) Parcelamento de débitos em vigência, impossibilitando a emissão da Certidão negativa.

(**) Débitos junto ao órgão competente, impossibilitando a emissão da Certidão negativa.

20. Conciliações contábeis

O estabelecimento de um cronograma de fechamento mensal, com datas previamente definidas para emissão dos balancetes preliminares, que servem de base para realização das conciliações de contas e posteriormente a emissão do balancete definitivo faz parte do processo normal no ambiente da contabilidade.

Ressaltamos que as análises das contas têm como objetivo corrigir e regularizar eventuais erros imputados, a fim de que os saldos patrimoniais e das contas de resultado reflitam corretamente a verdadeira posição daquele mês encerrado. Esses procedimentos também devem atender ao gerenciamento interno para acompanhamento dos resultados mensais.

Nesse sentido, recomendamos a elaboração de cronograma de fechamento mensal, estabelecendo as datas para cumprimento dos procedimentos de conciliação de contas patrimoniais e de resultado. O referido cronograma deve prever as atividades de fechamento coordenadas com os sistemas integrados de contabilidade, tais como: financeiro, folha de pagamento, custos e outros procedimentos auxiliares de fechamento mensal.

Assim, deve-se fixar as datas limites para que os setores e departamentos responsáveis no processo de fechamento mensal dos saldos, respondam por suas atividades e liberem os relatórios e as informações necessárias, dentro dos prazos previamente estabelecidos.

A prática do cronograma de fechamento mensal produzirá benefícios para a Entidade como um todo, seja através do cumprimento das responsabilidades, do comprometimento com os objetivos traçados, e ao mesmo tempo, ressaltando a importância das atividades administrativas envolvidas e seus reflexos no processo de fechamento mensal dos balancetes.

* * * * *